

PENSANDO A EDUCAÇÃO POPULAR E PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TERESINA*

THINKING POPULAR EDUCATION AND SOCIAL PARTICIPATION FOR WOMEN EXPERIENCING DOMESTIC VIOLENCE IN TERESINA

PENSAR LA EDUCACIÓN POPULAR Y PARTICIPACIÓN SOCIAL PARA LAS MUJERES QUE SUFREN VIOLENCIA DOMÉSTICA EN TERESINA

Vanessa Bezerra da Cunha¹
Perisson Dantas do Nascimento²

RESUMO

Esta pesquisa de cunho clínico-qualitativo, vinculada ao CNPq/PIBIC, objetivou compreender os sentidos da violência doméstica sofrida pela mulher através de uma análise sistêmica do discurso das entrevistadas sobre a sua história e dinâmica familiar. Foram realizadas oito entrevistas semi-dirigidas, com mulheres que possuem idade de 27 e 42 anos, em instituições especializadas ao atendimento desse público. Sentimentos de humilhação, vergonha, medo, solidão e abandono configuram a construção do papel de vítima no discurso das participantes. Percebeu-se sobre a necessidade de trabalhos com o suporte social das famílias de origem de forma a pensar

estratégias que possibilitem a não reprodução na família atual da violência sofrida na infância, bem como a possibilidade de oferecer às mulheres espaços comunitários de apoio, fortalecendo as redes de suporte afetivo na vizinhança e na família ampliada, pois mesmo não querendo denunciar os parceiros, a maioria das entrevistadas relata o desejo de melhorar a relação conflituosa. Há um discurso de esperança nos relatos obtidos, revelando uma busca por autonomia e empoderamento. Portanto, é necessário trabalhar a educação popular e incentivar a participação social junto a essas mulheres a fim de facilitar o processo de autonomia, cidadania e enfrentamento da situação de violência doméstica/conjugal.

Descritores: Violência contra a mulher. Pesquisa Clínica. Educação popular e participação social

¹Aluna do 8º período do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí. vanessacunha88@hotmail.com.

²Professor Doutor do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí. Psicólogo Clínico e Psicoterapeuta Corporal. perisson.dantas@gmail.com.

* Artigo extraído do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica intitulado “Compreensão sistêmica da violência doméstica contra a mulher no município de Teresina-PI”. Vigência 2013-2014 CNPq.

ABSTRACT

This survey of clinical- qualitative study, bound to CNPq / PIBIC, aimed to understand the meanings of domestic violence suffered by women through a systemic analysis of the discourse of the interviewees about their history and family dynamics. Eight semi-structured interviews with women who have de27 old and 42 years, specializing in the care of public. Feelings of humiliation, shame, fear, loneliness and abandonment institutions shape the construction of the victim role in the discourse of the participants were conducted . It was noticed on the need to work with social support of families of origin in order to think about strategies that enable not playing in the current family violence suffered in childhood, as well as the possibility to offer women support community spaces, strengthening affective support networks in the neighborhood and extended family , because even unwilling to report the partners , the majority of respondents reported a desire to improve the conflicted relationship. There is a discourse of hope in the reports obtained, revealing a quest for autonomy and empowerment. Therefore, work is needed to encourage popular education and social participation among these women in

order to facilitate the process of autonomy, citizenship and confront the situation of domestic / intimate partner violence.

Keywords: Violence against women. Clinical Research. Popular education and social participation

RESUMEN

Esta encuesta del estudio clínico-cualitativo, con destino al CNPq / PIBIC, tuvo como objetivo comprender los significados de la violencia doméstica contra la mujer a través de un análisis sistémico de los discursos de los entrevistados acerca de su historia y la dinámica familiar. Foram cabo ocho entrevistas semi-estructuradas, respetando los aspectos ética dispuesto en la Resolución N ° 466 del 12 de diciembre de 2012 el Consejo Nacional de los encuestados tiene Saúde. As edad de 27 y 42 anos. Sentimientos de la humillación, la vergüenza, el miedo, la soledad y el abandono constituyen una construcción de un papel vitimização. Chegou se dirige a la conclusión sobre la necesidad de trabajar con el apoyo social de las familias de origen con el fin de pensar en estrategias que no permitan que reproducen la violencia sufrida, así como la capacidad de ofrecer estos

espacios comunitarios de apoyo a las mujeres, el fortalecimiento de las redes apoyo afectivo también en el barrio y la familia ampliada, porque incluso dispuestos a denunciar a los socios, la mayoría quería salir de esta relación conflictuosa. Foi cuenta de que hay esperanza en sus informes y la búsqueda de la autonomía y empoderamento. Portanto, debemos trabajar juntos para estas mujeres con el fin de facilitar a la autonomía de manera que sean capaces de reconocerse a sí mismos como ciudadanos y que desarrollen estrategias para abordar el fenómeno de modo hegemónico violencia doméstica.

Descriptor: La violencia contra las mujeres. Investigación Clínica. La educación popular y la participación social

INTRODUÇÃO

O estudo em questão, vinculado ao CNPq/PIBIC trata-se de uma pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Clínica da Saúde/UESPI, o qual é voltado para o desenvolvimento acadêmico de investigações direcionadas para o Tratamento e Intervenção em Psicologia Clínica no Processo Saúde-Doença. O trabalho está enquadrado dentro da

linha de pesquisa Subjetividade e Sofrimento Psíquico na Contemporaneidade que objetiva desenvolver pesquisas e projetos de intervenção tendo como foco a clínica do sofrimento psíquico, numa perspectiva pluriparadigmática em psicopatologia, compreendendo o ser humano como sujeito dialético - construído e construtor de realidades e sentidos.

A violência contra as mulheres tem a ver com toda organização social. Desse modo, afeta as regras básicas da sociedade e modelos comportamentais. As regras de cada socialização de gênero historicamente aceitas e legitimadas. Ela é utilizada para garantir a sujeição de mulheres aos seus agressores, bem como sua conformidade com os papéis de serviço e atendimento pessoal que são atribuídos⁽¹⁾.

Nesse sentido, apresentou-se nessa pesquisa uma forma clínica-qualitativa de olhar esse problema, dando voz às mulheres, ouvindo suas experiências. Partimos da preocupação de que, embora haja políticas públicas relacionadas a esse tipo de violência, ainda há muitas agressões por parte dos parceiros dessas mulheres, mesmo sabendo da retaliação que sofrerão pela Lei, independente desses casais estarem

em relações formais ou informais de casamento. Esses dados confrontam a ideia do senso comum de que as mulheres solteiras estariam menos expostas à violência doméstica e familiar do que as que convivem maritalmente.

Desse modo, objetivou-se compreender os sentidos da violência doméstica sofrida pela mulher através de uma análise sistêmica do discurso das entrevistadas sobre a sua história e dinâmica familiar. Intencionamos conhecer as relações existentes entre os membros da família de origem e constituída, a configuração estrutural e de papéis familiares, possíveis padrões intergeracionais de violência doméstica, visando compreender os motivos relativos à permanência ou não da mulher na relação conjugal.

Assim como pensar a educação popular em saúde como uma forma de facilitar a participação popular para mulheres que se experienciam esse fenômeno. Mais adiante será realizado um estudo de revisão da literatura para compreender como se dá o processo e como ele funciona, bem como ele pode contribuir para a promoção da autonomia para mulheres que se encontram em situação de violência doméstica.

Violência contra a Mulher: Contribuições da Abordagem Sistêmica

Segundo o Artigo 5º da Lei Maria da Penha, configura violência doméstica e familiar contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial ⁽²⁾” nos âmbitos da unidade doméstica e da família e em qualquer relação íntima de afeto. Dentre as consequências da violência sofrida pelas entrevistadas está a insegurança, ansiedade, estresse e agressividade.

A violência psicológica compromete a saúde mental da mulher, de forma a acarretar distúrbios na sua habilidade de se comunicar com os outros, bem como reconhecer seus recursos para o cumprimento das tarefas relevantes em sua vida ⁽³⁾. Desse modo, o autor aponta que o isolamento social é uma das principais formas de manifestações da violência psicológica, no qual o companheiro busca, através de ações que enfraquecem sua rede de apoio, afastar a mulher de seu convívio social, proibindo-a de manter relacionamento com seus familiares e amigos, trabalhar ou estudar.

Grijalba (2007) fala do começo e curso da violência doméstica.

Uma vez que surgiu o primeiro episódio de abuso, a probabilidade de novos ataques por "razões" cada vez mais insignificantes é muito maior. O agressor aprende que a violência é uma estratégia eficiente e eficaz para controlar a vítima, que experimentou como é cada vez mais abusado com mais frequência; seu sofrimento e indefesos, afastar-se do agressor, trabalhar para o último como uma constatação da eficácia de suas ações para alcançar o comportamento submisso da vítima ⁽⁴⁾.

Nesse contexto, chama a atenção para as redes sociais das mulheres que sofrem violência doméstica e percebeu que suas relações interpessoais ficam basicamente restritas à família constituída, fato que favorece um maior controle desses parceiros, tendo em vista a escassez de contato com amigos e a família de origem, muitas vezes pela vergonha ou medo de expor a situação de agressão vivida no ambiente doméstico ⁽⁵⁾. O estudo aponta ainda

que esta situação de restrição das relações sociais se estabeleceu em parte devido às expectativas das mulheres em relação ao casamento à medida que aumentava o tempo de convívio do casal, ou seja, os reflexos da violência física, psicológica e sexual iam transformando a configuração das suas redes sociais, que se tornava cada vez mais restrita e reduzida a entes familiares com pouco poder para oferecer apoio, como os filhos.

Para entender a configuração familiar e o processo de violência doméstica escolheu-se como pano de fundo para a compreensão a Abordagem Sistêmica da Família que, em seus pressupostos, pretende entender os mecanismos e as relações que existem dentro das dinâmicas familiares de uma forma não mecanizada, mas relacional e contextual. Um deles é a visão de mundo e de homem a qual é holística e/ou ecológica, ou seja, o universo é uma rede de inter-relações, consiste em sistemas complexos de elementos em interação. Assim, pode-se definir sistema como um todo organizado tendo partes que interagem de forma unitária e complexa, ou seja, nada existe senão em relação.

Para o foco principal da Abordagem Sistêmica da Família diz respeito às mudanças significativas e

padronizadas vivenciadas pelas famílias, enquanto se movem através dos estágios da vida familiar. Essas mudanças podem ser caracterizadas por períodos de estabilidade e transição, de equilíbrio e adaptação e, também, por momentos de desequilíbrio ⁽⁶⁾.

Nessa perspectiva a família passa a ser vista como grupo social composto por indivíduos que interagem entre si, ocupando posições, desempenhando papéis sociais, criando normas para o viver em conjunto, construindo uma trajetória de vida, sujeitos à regras e expectativas da sociedade em que se inserem. Segue esclarecendo que as famílias fazem parte de uma estrutura de um parentesco que aponta quem são os integrantes, na qual a posição de cada um é definida pelo gênero, relações consanguíneas, casamento e geracional. Já as normas são regras sociais que regulam o comportamento individual e do grupo e as regras são algo a ser cumprido nos diferentes estágios da vida familiar e nas diferentes idades para o indivíduo e para a família.

Um conceito importante que foi esclarecedor para a compreensão sistêmica da violência conjugal refere-se ao Ciclo Vital da Família. Ciclo Vital Familiar é um processo integrador de fases ou etapas dos indivíduos que

constituem uma família, evidenciando a trama relacional dos mesmos através do tempo, conectando as distintas gerações que a compõem ⁽⁷⁾. Assim, o grupo familiar, no decorrer do tempo, constrói a sua história intergeracionalmente, definindo suas crenças, padrões, mitos e segredos, fenômenos esses que ficam contidos no sistema como formas de funcionamento conscientes ou não. Essas etapas do Ciclo Vital são compreendidas como eventos que indicam uma mudança nos membros que compõem a família ou na forma como estão organizados espacial e interacionalmente ⁽⁸⁾.

A família em sua vida passa por quatro fases do ciclo vital: fase da aquisição, fase adolescente, fase da maturidade e fase última. Na primeira fase os objetivos estão em encontrar o lugar para morar, o emprego que proporcione condições de sobrevivência, os acessórios domésticos que facilitam a vida, o carro, o seguro saúde, muitas vezes até a complementação educacional ⁽⁹⁾. Os filhos pequenos também fazem parte dessa primeira fase, em que se inicia a aquisição de um modelo familiar próprio, com as pessoas selecionando, entre os modelos adquiridos em suas famílias de origem, aqueles que vão adotar em seu casamento.

Essa fase inicia-se a partir do momento em que jovens solteiros assumem sua responsabilidade emocional e financeira, buscando a diferenciação do eu em relação à família de origem ⁽⁸⁾. É nesse momento que espera-se que o jovem adulto desenvolva a busca de relacionamentos íntimos, aconteça um estabelecimento da autonomia com relação ao trabalho e independência financeira. Na fase de aquisição, para formar um sistema marital, haverá um realinhamento dos relacionamentos com as famílias ampliadas e os amigos para incluir o conjugue. Essa fase também compreende a vinda dos filhos, que significa um ajuste do sistema conjugal para criar um espaço para eles, bem como união para as tarefas de educação e sustento dos mesmos, assim como um realinhamento dos relacionamentos com a família ampliada para incluir os papéis de pais e avós ⁽⁸⁾.

É nessa fase que a pesquisa se focou, tendo em vista que para compreender a relação violenta é necessário entender todo o processo que se constituiu essa relação, bem como os movimentos que foram feitos para a constituição da família, desde o conhecimento do casal, perpassando a união do mesmo e chegando na concepção dos filhos. Desse modo,

acredita-se na relevância da pesquisa para o contexto social, possibilitando alargar a visão do fenômeno que “é uma questão de saúde pública no Brasil; seja por sua magnitude, pelos custos que representam para a sociedade e pelos impactos sociais e psicológicos nas vidas dos indivíduos e das famílias ⁽¹⁰⁾”.

Educação Popular em Saúde como um meio de facilitar a Participação Social

O método da Educação Popular, sistematizado por Paulo Freire, tem como princípios metodológicos a dialogicidade, o respeito pelo educando e a conquistada autonomia e se constitui como norteadora a relação entre intelectuais e classes populares. Assim, a educação em saúde é uma prática na qual existe a participação ativa da comunidade, que proporciona informação, educação sanitária e aperfeiçoa as atitudes indispensáveis para a vida. A Educação Popular não visa criar sujeitos subalternos educados, mas participar do esforço que faz hoje as categorias de sujeitos subalternos para que a organização do trabalho político, passo a passo, abra caminho para a conquista de sua liberdade e de seus direitos ⁽¹¹⁾.

Desse modo, Educação ‘Popular’ em Saúde considera

estratégias, jeito de agir e de ser, visão de mundo, expressando-se por meio de um conjunto de práticas, técnicas, políticas, ideológicas, culturais e psicanalíticas ⁽¹²⁾.

A prática educativa, como articulação entre a construção participativa desconhecimento e a educação popular, é, então, intimamente baseada numa aprendizagem mútua entre os diferentes grupos e atores envolvidos em condições de vida específicas sendo que estas, necessariamente, vão interagir com os modos de pensar e agir dos atores ⁽¹³⁾. Sugere ainda que segundo o método de Freire parte do reconhecimento de que: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, numa perspectiva pedagógica que supera a dicotomia educador-educando, assim como as metodologias participativas buscam superar a do pesquisador-pesquisado na construção do conhecimento.

Desse modo, captar e compreender o modo de significação da violência doméstica para as mulheres tanto no âmbito familiar como sócio-comunitário, é um dos passos cruciais para propor um espaço para que elas possam ressignificar suas condições de mãe, filha, amiga e mulher dentro de

seu contexto, visando contribuir tanto para a elaboração de um modelo de intervenção educativa construído com e para mulheres que vivem em espaços populares, quanto para a produção de conhecimentos que resultam de um processo dialógico e relacional.

Por isso ao discutirmos a participação popular na saúde é tão importante reconhecer os elementos das experiências com participação pela prática educativa. Mas, também, é de grande relevância considerar os fundamentos em relação aos quais os termos deste debate foram construídos, de modo que possamos reorientá-los na promoção da saúde com maior coerência ⁽¹⁶⁾.

O trabalho com a unidade dialética da subjetividade/ objetividade gera reflexão problematizadora e ação sobre uma dada realidade, visando transformá-la. Esta pedagogia permite, portanto, a reflexão crítica sobre as situações concretas de vida, levando o sujeito ao engajamento na luta por sua libertação, luta que é forjada com ele, e não para ele ⁽¹⁴⁾.

Desse modo explicita que na perspectiva de uma pedagogia emancipadora, educador e educando são ambos os sujeitos de conhecimento, ensinam e aprendem e, juntos, vão desvelando o mundo e comprometendo-

se com sua transformação através de uma práxis pedagógica transformadora.

Portanto, esse método se apresenta como uma alternativa viável para que seja necessário trabalhar junto às mulheres em situação de violência doméstica a fim sensibilizá-las sobre suas condições e junto com sua história de vida, seus saberes e querer, provocar uma reflexão para que elas consigam ressignificar suas vidas no intuito de favorecer o reconhecimento como cidadãs, e conseguir desenvolver estratégias para enfrentar o fenômeno da violência doméstica de modo hegemônico.

METODOLOGIA

1.0 Sujeitos da Pesquisa

Foram entrevistadas oito mulheres que se encontram em situação de conflitos conjugais e violência doméstica. A priori foi estabelecido o rapport com elas para que as mesmas pudessem se sentir acolhidas e seguras de que suas informações seriam resguardadas, sendo usadas apenas para fins de pesquisa. Logo em seguida apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para explicar sobre a pesquisa, bem como salientar seus riscos e benefícios e pedir o consentimento para a gravação da entrevista. Por último foi realizado as

entrevistas, respeitando os aspectos éticos dispostos na Resolução Nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

1.1 Tipo e Método de Pesquisa

Tendo como foco de estudo a pretensão de compreender a dinâmica familiar experienciada por mulheres vítimas da violência doméstica numa ótica sistêmica, o tipo de pesquisa trabalhada foi a pesquisa de campo, de caráter clínico-qualitativa a fim de abarcar as necessidades do projeto. O método da pesquisa clínico-qualitativa é compreendido como um conjunto de métodos científicos, técnicas e procedimentos, adequados para descrever e interpretar os sentidos e significados dados aos fenômenos e relacionados à vida do indivíduo⁽¹⁵⁾. O pesquisador, utilizando deste método, procura um enquadramento da relação face a face, valorizando as trocas afetivas mobilizadas na interação pessoal e escutando a fala do sujeito, com foco sobre tópicos ligados ao que se quer explorar com os colaboradores da pesquisa.

Todas essas questões devem estar claras, haja vista que o pesquisador é o principal instrumento da investigação em campo, tendo em

vista que ele recorre aos conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado. Desse modo podemos abordar outra característica do método o pesquisador deve agir como *bricoleur*, ou seja, ele pode produzir sua teoria compondo-a de fragmentos encontrados em campo, sem seus passos estarem atrelados ao projeto inicial, então, fala-se em construção dos significados e significações na pesquisa e não comprovação de fatos ⁽¹⁵⁾. Para tanto, é importante considerar o processo como norteador do interesse do pesquisador, conhecendo sua dinâmica interna, como *cursa* e se transforma, propiciando ao pesquisador a adentrar na estrutura latente do objeto de estudo.

1.2 Análise de Dados

A análise do material construído com as entrevistadas foi realizada a partir da técnica da análise do discurso, que é uma possibilidade metodológica de captar o sentido não explícito no discurso, portanto como forma de aproximação do processo da violência conjugal por meio da interpretação da linguagem. As falas e os textos escritos estão impregnados da cultura, do contexto e das intenções daquele que ali se expressa ⁽¹⁶⁾.

As interpretações dos materiais produzidos na pesquisa qualitativa têm sido consideradas como uma difícil arte de ler verdadeiramente o sentido não aparente dos discursos. Nesta perspectiva, uma técnica apropriada deverá ser estabelecida pelo analista para que, ao realizar a análise em si, consiga construir uma interpretação que lhe permita captar o sentido não aparente dele. Nesse sentido, a análise do discurso permite a explicação dos jogos simbólicos nos quais a ideologia e o inconsciente se encontram presentes, assim como os processos identificatórios e os gestos de interpretação, os quais fazem com que os sujeitos se constituem enquanto pessoas.

Após coleta de informações estabeleceram-se as categorias de análises baseando-se nos objetivos do projeto de pesquisa, visando contemplar todos para que tivessem caráter de validade da mesma. Assim as categorias encontradas de acordo com o discurso das entrevistadas foram: 1) Conceito e Função de família; 2) Padrões geracionais de repetição; 3) Recursos utilizados para lidar com a situação conflituosa; 4) Perspectivas sobre o futuro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistadas possuem idade de 27 e 42 anos. Das oito, uma possui renda mensal de menos de um salário mínimo, cinco possui renda de um salário mínimo e duas possuem renda mensal de dois salários. Quanto à escolaridade, apenas uma concluiu o ensino médio regular, obtendo o nível técnico, as demais não conseguiram terminar o ensino médio. Sobre as localidades as quais nasceram seis entrevistadas nasceram em Teresina, capital do Piauí, as demais nasceram no Estado do Maranhão.

Quanto ao perfil sócio familiar, observou-se que as entrevistadas derivam de famílias nucleares dentro do modelo tradicional, constituídas por vários membros, isto é, em sua maioria por um número grande de irmãos. Ao serem incitadas a falar de suas relações familiares percebe-se que elas mantinham uma relação enfraquecida com suas famílias de origem, na qual apenas a mãe delas fazia parte de suas redes de apoio sócio familiar, servindo de suporte emocional para seus momentos de dificuldades. Os demais membros da família, tais como pai, e irmãos não foram elencados como um apoio familiar para as entrevistadas.

Assim, é verificado que na rede de apoio das mulheres vítimas de

violência conjugal, as mães assumem especial importância, já que é para elas que mulheres se remetem para compartilhar suas dificuldades e pedir orientação frente à violência vivida ⁽⁵⁾. O autor define como rede de apoio social a trama de relações que envolvem as mulheres: sejam pessoas, instituições ou movimentos sociais, considerados atores, direta ou indiretamente implicados na sua vida com papéis de suporte afetivo ou material. O autor salienta que sem uma rede de apoio, a capacidade dessas mulheres de mudar sua condição de vida é prejudicada, podendo ser mais uma razão para perpetuar o cotidiano da violência.

Desse modo a idéia de participação popular para as mulheres em situação de violência doméstica, juridicamente, traz arraigada a soberania popular para além do Estado, ao mesmo tempo em que introduz um conceito de interesse comum a todos, configurando-se uma possibilidade de protagonismo.

Pode-se acrescentar, nesse sentido, um ponto importante nos relatos das entrevistadas que se refere à representação de família que elas têm, já que as mesmas acreditam que o apoio sócio familiar se dá primordialmente através da ajuda financeira que sua família de origem disponibilizava ou não, tendo em vista que suas

necessidades mais emergentes se concentram muitas vezes na questão financeira. Ou seja, a representação de família como espaço afetivo de suporte é bastante comprometida. Esse fato deve-se aos laços fracos e tardios estabelecidos por essas mulheres, e que as mesmas por acreditarem no casamento, não confiam nos relacionamentos fora do contexto familiar, fortalecendo os índices de violência vivenciados por elas.

Por medo e vergonha, de modo gradual as mulheres vão restringindo suas relações aos filhos e familiares que não representem uma ameaça ao parceiro, configurando um isolamento social que pode contribuir para a reprodução de mecanismos mais complexos de violência uma vez que impede a manifestação autônoma da mulher⁽⁵⁾.

Nessa perspectiva, as conseqüências mais salientadas pelas entrevistadas devido aos conflitos e agressões são os sentimentos de raiva, vergonha, medo, humilhação, fraqueza, terror e solidão. No tocante a esse aspecto verificou-se que 41,6% das mulheres relataram que a conseqüência principal da violência era o sentimento de tristeza, que influencia no cumprimento de suas atividades,

seguida de insegurança, ansiedade, estresse e agressividade⁽⁵⁾.

Um fato bastante relevante é a questão que as mulheres que vivem atualmente em situação de violência, na maioria dos casos, já sofreram ou permaneciam constantemente em um ambiente estressor que continha algum tipo de violência, na infância⁽¹⁷⁾. No que tange a esse fenômeno, verificou-se no relato das entrevistadas que as mesmas são herdeiras de uma história transgeracional de reprodução de um vínculo de violência que transcende a relação conjugal, pois vivenciam e sofriam violência desde a infância, quando eram violentadas físicas e, com menos frequência, sexualmente pelos pais ou pelos irmãos. Tivemos a oportunidade de ouvir vários relatos em que as participantes reconhecem a semelhança da história que suas mães viveram com os conflitos que vivem atualmente. As mulheres, ao saírem de casa, tentam fugir do ambiente de violência, no entanto, o que se observa é que o padrão se repete subsequentemente na sua família constituída, revelando questões de vínculo que foram mal elaboradas com os pais e que se reproduzem como um “destino” na situação conjugal.

O que é comprovado no estudo realizado na América latina o qual

demonstra que a violência está relacionada com antecedentes de violência sofrida anteriormente, portanto, a violência doméstica não é um incidente isolado, mas tem padrões de comportamento, de uma história estabelecida ⁽¹⁸⁾. Desse modo, o fato delas serem vítimas de violência desde a infância contribui para a elevação do grau de tolerância em relação ao parceiro e aumenta a probabilidade de comportamentos violentos serem executados como uma forma de exercer poder e controle sobre elas.

Como estratégias de enfrentamento quando ocorriam situações de conflitos e agressões as entrevistadas se esquivavam dos companheiros indo dormir em quartos separados para não ter contato com os mesmos, muitas vezes saindo de casa quando os as discussões iniciavam refugiando-se na casa da mãe e passando o fim de semana longe dos companheiros. A resolução das dificuldades se dava após as agressões na qual o parceiro iria propor uma reconciliação com as entrevistadas, muitas vezes prometendo mudança de conduta para elas.

Desse modo a educação popular é capaz de tornar o sujeito consciente de seu papel e encorajá-lo a atuar no processo no qual está envolvido e pode

subsidiar uma maior participação popular. Esses fatores poderão contribuir para a realização de um programa eficaz de educação em saúde. Ou seja, se as mulheres que se encontram em situação de violência doméstica podem ser conscientes de seu papel na promoção de sua própria saúde poderão agir de forma a contribuir para sua autonomia e uma melhor qualidade de vida.

Quando as entrevistadas foram indagadas a respeito das perspectivas sobre o futuro elas se demonstraram pessimistas quanto à mudança, haja vista que ainda se encontram em situação de medo do companheiro matá-las, porém esperam poder se desvencilhar das ameaças e dos conflitos com eles. Quanto ao futuro de seus relacionamentos, seis delas disseram que não vão permanecer na relação conflituosa, e não querem mais se relacionar com homem nenhum por conta do medo que ainda as assola. Duas ainda vão tentar uma convivência com o companheiro e acreditam que podem viver em paz, sem conflitos, pois acreditam na mudança do parceiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do fenômeno da violência doméstica ser vivido e significado de forma diferente para as

entrevistadas, percebeu-se que há pontos em comum que coadunam no que tange as consequências psicossociais de sofrimento e o modo como esse contexto é configurado na dinâmica sistêmica das famílias. Desse modo, os resultados encontrados na pesquisa demonstram uma consonância dos núcleos discursivos das entrevistadas com os achados encontrados nas pesquisas da literatura nacional, não existindo diferenças significativas do que as mulheres piauienses trouxeram sobre o fenômeno da violência, em comparação com o que mulheres que viveram a mesma situação em outros Estados. A partir disso é possível concluir que a violência conjugal possui elementos comuns independentemente da região e cultura do nosso país, sendo, portanto uma questão importante para a construção de políticas públicas voltadas para o tema.

Foi percebido que abordar o fenômeno da violência doméstica é uma tarefa delicada, tendo em vista que o mesmo pertence à esfera privada da família e ainda causa muita vergonha para a mulher reconhecer que se encontra em uma situação de conflito conjugal, mais especificamente, a violência doméstica. Isso acontece porque trazer a violência à público, gera estigma social e preconceitos no tocante

ao lugar culturalmente atribuído à mulher, como principal responsável pelo sucesso da organização familiar. Uma prova disso aconteceu no decorrer de nossa pesquisa, já que houve uma série de dificuldades iniciais para chegar ao público alvo, que inicialmente, foi voltado para as mulheres que sofriam violência, mas permaneciam na relação, condição essa que é vista socialmente como inadmissível, numa sociedade capitalista que enfatiza o individualismo, a ilusão de um poder próprio e pessoal que pode romper inclusive com as normas familiares.

Também chegou-se à conclusão sobre a necessidade de se trabalhar o suporte social das famílias de origem de forma a pensar em estratégias que possibilitem a não reprodução da violência sofrida, bem como a possibilidade de oferecer a essas mulheres espaços comunitários de apoio, fortalecendo as redes de suporte afetivo também na vizinhança e na família ampliada. Ou seja, trabalhar com todos os atores que possam contribuir para que as mesmas se sintam encorajadas a procurar ajuda dos órgãos competentes, ampliando a rede de apoio psicossocial das mulheres em situação de violência conjugal, fato que também é discutido na literatura nacional.

Outra questão que foi marcante nos relatos das entrevistadas, que extrapolou os objetivos desse estudo, diz respeito ao sentimento de abandono dessas mulheres em relação às instituições que acolhem legalmente vítimas de violência doméstica/conjugal, bem como a falta de profissionais de Psicologia nesses espaços para promover uma escuta qualificada - sendo verificada essa evidência na literatura nacional. Assim, faz-se necessário ter estudos que investiguem as rotas das mulheres em situação de violência, no intuito de como se dá o acolhimento, o cuidado e a orientação jurídica e psicossocial a elas dentro das instituições.

A pesquisa apontou ainda que se faça necessário considerar o fenômeno da violência doméstica não somente na esfera social, mas também dentro do enfoque clínico, pois o indivíduo não é dissociado de suas demandas biopsicossociais. O ser humano é integral, haja vista que foi observado no estudo que muitas vezes as entrevistadas quando chegavam às instituições, mais além de procedimentos jurídicos e intervenções, elas precisavam principalmente ser escutadas em seu sofrimento, por um profissional que tivesse a sensibilidade de acolher a sua angústia.

No entanto, percebemos que essa condição muitas vezes não era possível, devido ao grande contingente de mulheres, ou até mesmo por não ter profissionais da Psicologia inseridos nesses espaços. Nesse sentido temos a esperança de que a pesquisa possa lançar reflexões para os atores institucionais envolvidos para uma assistência efetiva, que garanta não somente a proteção jurídica, mas também a promoção de saúde no contexto não somente da mulher como um ser individual, mas de uma família que se encontra em situação de crise.

Desse modo, sugere-se o estabelecimento de um diálogo interdisciplinar entre o campo da educação popular em saúde e da violência doméstica sofrida por essas mulheres, visando contribuir para as estratégias de enfrentamento deste complexo e grave problema de saúde pública, promovendo reflexões que as sensibilizem e que possa garantir algum resultado para suas vidas, e talvez, caso elas queiram e necessitem, havendo uma maior participação em sua vida e decisões.

REFERÊNCIAS

1. Alberdi I, Matas N. La violencia doméstica. Informe sobre los malos tratos a mujeres en España. Colección Estudios Sociales. Núm. 10, 2002.

2. Brasil. Lei nº 11. 340, de 7 de Agosto de 2006. Dispoe sobre a Lei Maria da Penha: do papel para a vida. Brasília: Senado Federal, Gabinete da Senadora Rosalba Ciarlini, 2010. 22 p. [879477] SEN.
3. Fonseca P M, Lucas TNS. Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas.[monografia] Salvador-BA, 2006.
4. Grijalba EA. Mujeres Víctimas De Violencia Doméstica Con Trastorno De Estrés Postraumático: Validación Empírica De Un Programa De Tratamiento. Madrid, 2007.
5. Dutra ML et al. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Ciência & Saúde Coletiva* 2013; 18(5): 1293-1304.
6. Pompermayer MM, Rosado APN, Sampaio JF, Teixeira KMD, Loreto MDS. Uma Breve Abordagem da Teoria do Desenvolvimento Familiar: História, Conceitos e Características. Viçosa – MG, 2010.
7. Cerveny CMO. Família em movimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
8. Carter B, Mcgoldrick M. As mudanças no ciclo de vida da família: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, 2001.
9. Ronchi JP, Avellar LZ. Família e ciclo vital: a fase de aquisição. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte. ago. 2011; v. 17, n. 2, p. 211-225.
10. Oliveira MM, Teixeira KMD, Santana MM, Oliveira PRC, Lélis CT, Freitas MCP et all. Marcas psicológicas da violência doméstica: análise de histórias de vida de mulheres de comunidades populares urbanas. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre*. jan./jun. 2009; v. 8 n.1 p. 123-139.
11. BRASIL. Caderno de educação popular e saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p. : il. color. - (Serie B. Textos Básicos de Saúde).
12. Kruschewsky JE, Kruschewsky ME, Cardoso JP. Experiências pedagógicas de educação popular em Saúde: a pedagogia tradicional versus a problematizadora. *Rev. Saúde. Com* 2008; 4(2): 160-160.
13. Marcondes WB. “Participação Popular na Saúde pelos Caminhos da Prática Educativa”. Rio de Janeiro, 2007.
14. Borges MTT, Barbosa RHS. Confluindo gênero e educação popular por meio de uma pesquisa-ação para a abordagem do tabagismo feminino em contextos de vulnerabilidade social. *Interface, comunicação, saúde e educação*. Rio de Janeiro, 2013.
15. Turato ER. Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: definição e principais características. *Revista Portuguesa de*

Psicossomática. 2000; jan-jun, volume 2, número 001.

16. Macedo LC. Análise do Discurso: uma reflexão para pesquisar em saúde. Comunicação Saúde Educação. jul./set. 2008; v.12, n.26, p.649-57.

17. Silva MAD, Neto GHF, Filho JEC. Maus-tratos na infância de mulheres vítimas de violência. Psicologia em Estudo, Maringá. jan./mar. 2009; v. 14, n. 1, p. 121-127.

18. González MJZ, Parga MXF. Estudio de la violencia doméstica en una muestra de mujeres latinas residentes en Estados Unidos. Behavioral Assessment. U.S.A, 2005; 90211.

Sources of funding: No
Conflict of interest: No
Date of first submission: 2015-01-19
Last received: 2015-01-19
Accepted: 2015-02-09
Publishing: 2015-03-31

Corresponding Address

Perisson Dantas do Nascimento
Rua Olavo Bilac nº 2335 Centro/Teresina.
E-mail:perisson.dantas@gmail.com